

## **A CONSCIENTIZAÇÃO DOS MÉTODOS CONTRACEPTIVOS OFERTADOS GRATUITAMENTE PELO SUS: UMA ABORDAGEM SOBRE A PERCEPÇÃO DE ACADÊMICAS DA ÁREA DA SAÚDE DE UMA FACULDADE**

*Francielle Moreira Rodrigues<sup>1</sup> Jhenifer Maria Rosa da Costa<sup>2</sup> Wictoria J. Borges Oliveira<sup>3</sup> Maria Clara Ribeiro Freitas<sup>4</sup> Suellen Dianna Andrade Guimarães<sup>4</sup> Thiago Bruno Borges Silva<sup>5</sup> Pabliny Vitória Oliveira Soares<sup>6</sup>*

### **RESUMO**

O Sistema Único de Saúde (SUS) oferece várias opções de métodos contraceptivos e ações para auxiliar o planejamento sexual e reprodutivo, tanto para ajudar quem quer ter filhos com orientações para a concepção, quanto para prevenir uma gravidez indesejada, fornecendo informações importantes e acesso a recursos para a anticoncepção, e prevenir as doenças sexualmente transmissíveis. Este estudo trata-se de uma revisão biográfica com coleta de dados entre as acadêmicas de cursos na área da saúde da Faculdade de Iporá. Percebe-se que as pessoas tem conhecimento de seu direito ao acesso aos métodos contraceptivos, inclusive a pílula de emergência, e à confidencialidade e sigilo sobre sua atividade sexual e prescrição de métodos contraceptivos, não sendo necessário o consentimento ou participação dos pais/responsáveis nas consultas, conforme Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Palavras-chave:** Métodos; Prevenção; Contraceptivos.

### **ABSTRACT**

The Unified Health System (SUS) offers several options for contraceptive methods and actions to assist sexual and reproductive planning, both to help those who want to have children with guidance for conception, and to prevent unwanted pregnancy, providing important information and access to resources for contraception, and preventing sexually transmitted diseases. This study is a biographical review with data collection among academics on health courses at the Faculty of Iporá. It is clear that people are aware of their right to access contraceptive methods, including the emergency pill, and to confidentiality and secrecy regarding their sexual activity and prescription of contraceptive methods, with the consent or participation of parents/guardians not being necessary. consultations, in accordance with the Child and Adolescent Statute.

**Keywords:** Methods; Prevention; Contraceptives.

## 1. INTRODUÇÃO

Apesar de todos os avanços na ciência em relação ao estudo do comportamento sexual humano, este tópico ainda está imerso em mitos, preconceitos, tabus e contradições, tanto que muitos continuam afirmando que só deve ser discutido entre adultos, prejudicando assim, o desenvolvimento da juventude e o comportamento sexual saudável (Santos e Silva, 2018).

Brasil *et al.* (2019) afirma que, quanto mais cedo os jovens iniciam a vida sexual maior é sua vulnerabilidade, tanto pela possibilidade de elevados números de parceiros sexuais no decorrer da vida, quanto a tendência de adquirir práticas de maior riscos por não saberem ponderar possíveis consequências posteriores ao ato.

Estudos realizados para avaliar o conhecimento de adolescentes acerca dos métodos contraceptivos comprovam que mesmo com políticas voltadas para esclarecimento deste tema os participantes das pesquisas relatavam na maioria dos casos conhecerem apenas alguns métodos como o anticoncepcional oral e o preservativo masculino, mas não conseguiam definir sua real importância ou o modo correto de usar cada um deles, chegando a fazer o seu uso de forma descuidada ou que não garantisse sua total eficiência (Gomes *et al.*, 2018).

As Políticas de Saúde Pública atuais representam uma maneira de encorajar o uso de métodos de anticoncepção pelos adolescentes a fim de diminuir os riscos inerentes ao não uso. Com isso se faz necessário uma abordagem educacional que envolva também a família, principalmente no início da vida sexual. Visto que a conscientização sobre a importância de falar acerca do planejamento sexual e familiar com adolescentes é fundamental para ampliar a disponibilidade de métodos contraceptivos para esse público (Farah *et al.*, 2021).

Percebendo tal realidade o estudo baseia-se na seguinte questão norteadora: Qual a visão das acadêmicas de cursos da área da saúde de uma determinada Faculdade sobre os métodos contraceptivos e sua utilização?

De modo que a pesquisa teve como finalidade basear-se em evidências a visão das acadêmicas acerca das práticas de sexo seguro e as influências mais presentes no momento da escolha do método contraceptivo e assim permitir um olhar mais claro vindo do próprio público em questão, direcionando a implementação de estratégias que aproximem os adolescentes nos serviços de saúde e nas ações que envolvem práticas preventivas.

## **2.OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo Geral**

Avaliar quantitativamente e qualitativamente a visão e adesão ao uso de contraceptivos entre mulheres estudantes da área da saúde.

### **2.2 Objetivos Específicos**

- Avaliar se essas mulheres fazem uso regular de métodos contraceptivos;
- Se acreditam na eficácia dos métodos contraceptivos;
- Se tem acesso fácil e gratuito aos métodos contraceptivos.

## **3.METODOLOGIA**

Este trabalho trata-se de uma revisão integrativa de literatura, pois este reúne pesquisas de várias origens sobre um determinado tema, sintetizando seus resultados de forma organizada, abrangente e sistemática. Esse tipo de estudo pode ser realizado com objetivos diversos como: revisão de teoria, definir um conceito, ou análise metodológica, sendo possível combinar dados de pesquisas quase-experimental, experimental, literatura teórica e empírica, de modo que o fenômeno compreendido deve ser analisado e adquirido um conhecimento completo sobre o tema em questão (Ercole *et al.*, 2014; Souza *et al.*, 2010).

Os dados bibliográficos foram coletados na Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar-PENSE (IBGE) e pesquisa de campo feita através da aplicação de um questionário aberto para 70 mulheres (acadêmicas de cursos da área da saúde) na faixa etária de 18 ano a 39 anos.

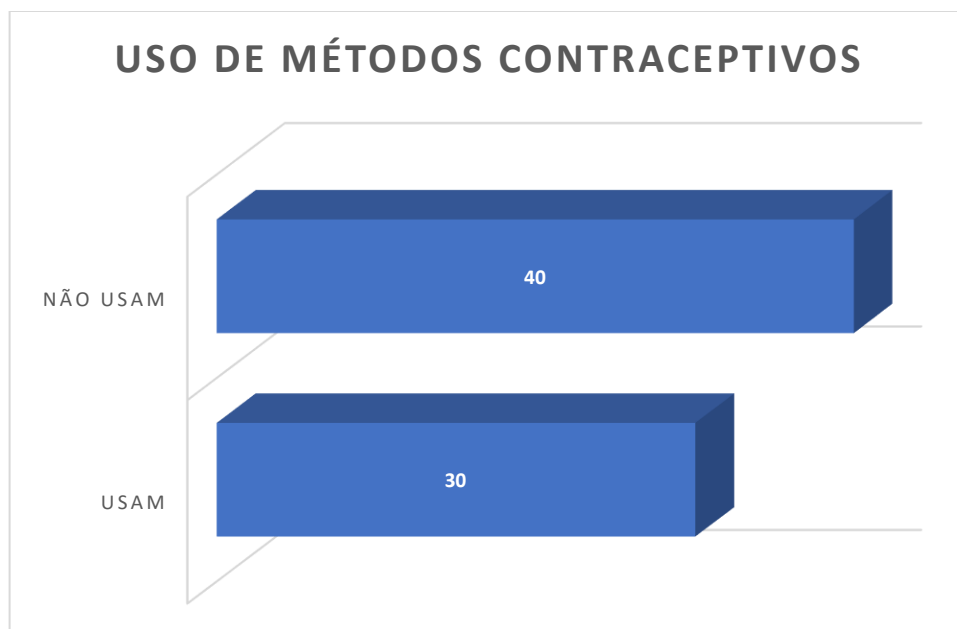
***Com as seguintes perguntas:***

- A) Você usa algum método contraceptivo?
- B) Acredita na eficácia dos métodos contraceptivos existentes?
- C) Tem facilidade de acesso gratuito dos métodos contraceptivos?

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Realizada uma pesquisa de campo com elaboração e aplicação de um questionário sobre a percepção e adesão aos métodos contraceptivos. Participaram da pesquisa 70 mulheres na faixa etária de 18 ano a 39 anos.

Com relação ao uso dos métodos contraceptivos 40 mulheres responderam que não usam nenhum método e 30 respondeu que sim, usam algum método contraceptivo (Gráfico – 1 *Adesão aos métodos contraceptivos*).



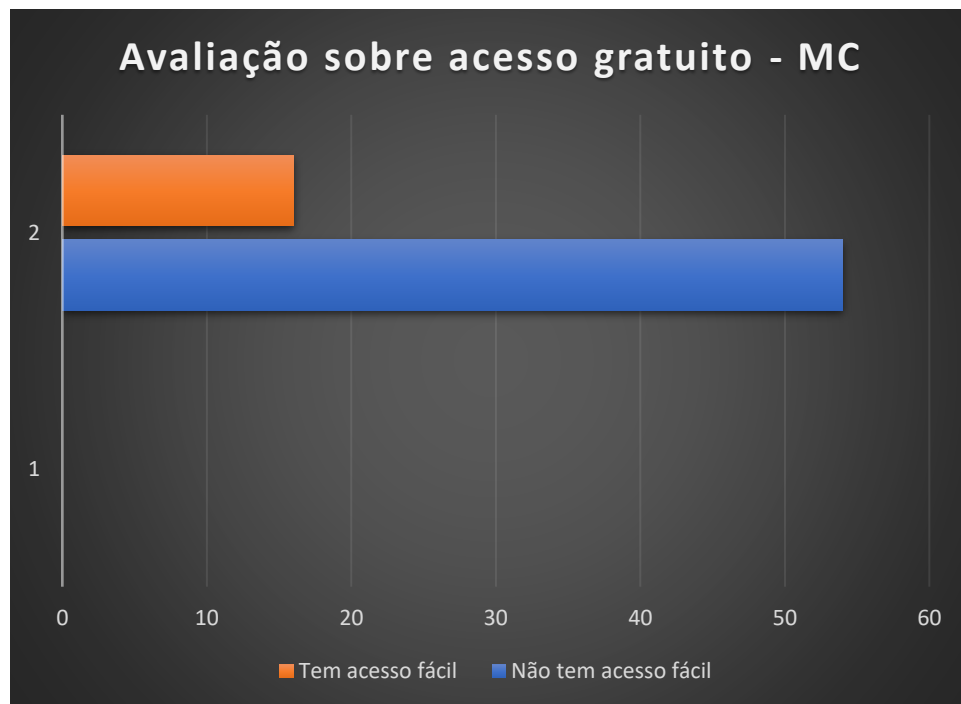
Fonte: Autores, 2023.

Com a segunda pergunta, buscou-se identificar que se acreditam na total eficácia dos métodos, como resultado obtivemos que, a maioria alega que sim acreditam em sua eficácia e algumas disseram que não (Gráfico – 2 *Questão de confiança na eficácia de métodos contraceptivos*).



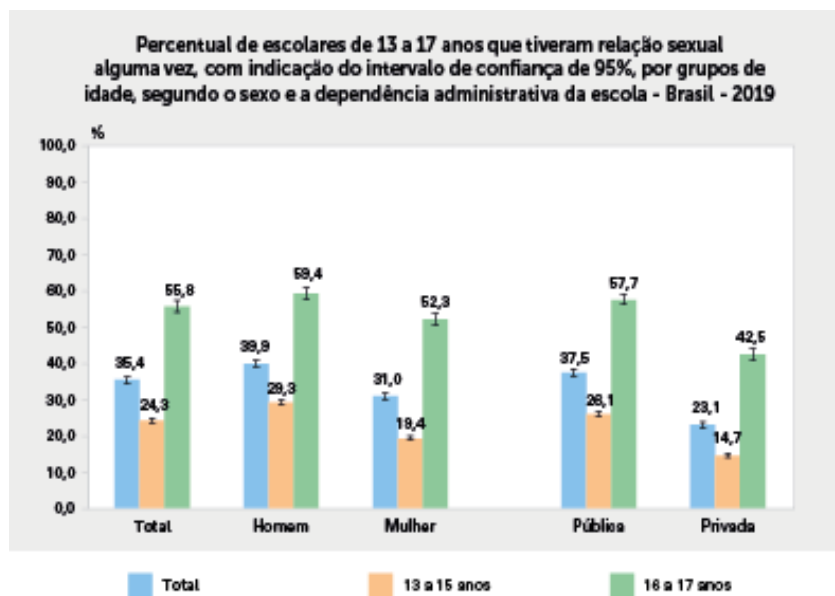
Fonte: Autores, 2023.

Ao serem questionadas se tem facilidade de acesso gratuito aos métodos contraceptivos, a maioria respondeu que não tem muita facilidade ao acesso a métodos contraceptivos, geralmente não estão em locais de fácil acesso (Gráfico – 3 *Acesso fácil aos métodos contraceptivos*).



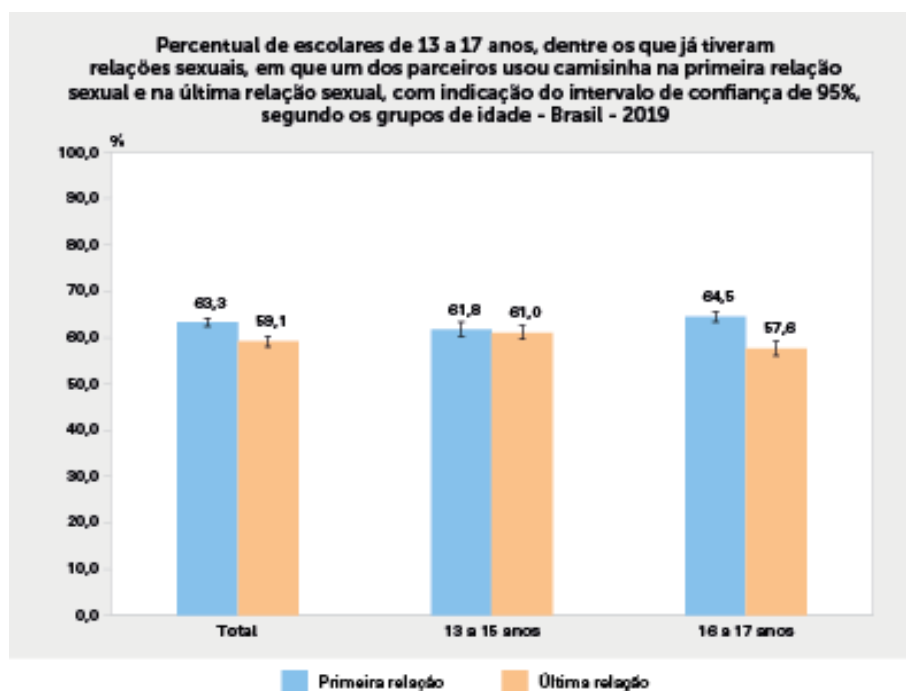
Fonte: Autores, 2023.

Com relação aos dados bibliográficos que foram coletados na PeNSE. Em 2019 indicou que 35,4% dos estudantes de 13 a 17 anos já tiveram relação sexual alguma vez na vida. A análise por sexo mostrou que 39,9% dos meninos dessa faixa etária já tiveram relação sexual ao menos uma vez, enquanto entre as meninas esse percentual foi de 31,0%. 36,6% dos adolescentes que já tiveram alguma relação sexual tinham 13 anos ou menos idade na sua primeira experiência sexual. A pesquisa apontou, ainda, que, nessa faixa de idade (13 anos ou menos), os mais precoces foram os meninos (44,7%) e os estudantes da rede pública (37,4%). (Gráfico 4 – *Percentual de escolares que tiveram relação sexual*).



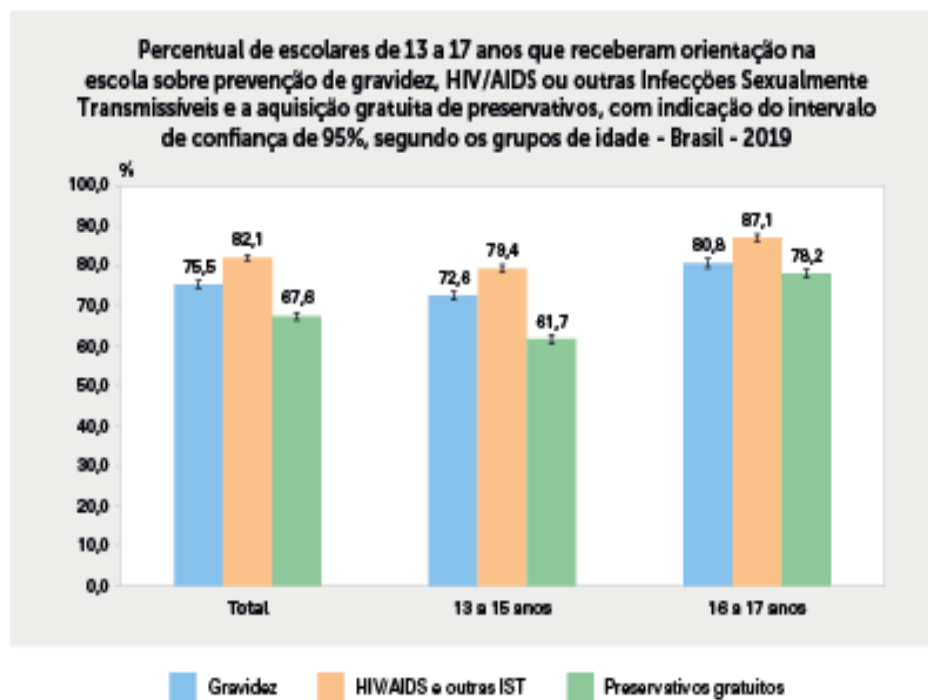
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2019.

O percentual de estudantes que revelou ter usado camisinha ou preservativo na primeira relação sexual foi de 63,3%, em 2019, sendo a maior parte composta por meninas (66,1%) e escolares da rede privada (66,0%). Já na última vez que se relacionaram sexualmente, 59,1% dos estudantes usaram preservativo; o que demonstra que parte deles deixou de usar preservativos nas relações sexuais. (Gráfico 5 – *índice que escolares que usou camisinha na primeira relação sexual*).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2019.

A PeNSE 2019 revelou que 45,5% das meninas de 13 a 17 anos que já tiveram relação sexual fizeram uso da pílula do dia seguinte ao menos uma vez na vida; 82,1% dos estudantes de 13 a 17 anos de idade receberam informações sobre doenças sexualmente transmissíveis e HIV/Aids na escola; 32,6% receberam, na escola, orientações de como adquirir preservativos gratuitos; e 75,5% dos estudantes disseram receber informações na escola sobre a prevenção de gravidez. (Gráfico 6 – *Percentual dos que receberam informações sobre prevenção de gravidez e DSTs*).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2019.

#### 4.1 Métodos contraceptivos disponíveis no SUS

O Sistema Único de Saúde (SUS) oferta gratuitamente métodos contraceptivos que auxiliam no planejamento familiar, visando a prevenção de gravidez precoce e/ou indesejada e as variadas doenças sexualmente transmissíveis. Os métodos disponibilizados são: anticoncepcionais injetáveis mensais; anticoncepcionais injetáveis trimestrais; minipílulas; pílulas combinadas; diafragmas; pílulas anticoncepcionais de emergência (ou pílulas do dia seguinte); Dispositivos Intrauterinos de cobre (DIU); preservativos femininos e preservativos masculinos. Estes contraceptivos estão acessíveis aos cidadãos, até mesmo adolescentes, nas unidades de saúde, incluindo testes rápidos para infecções, mesmo que

estejam desacompanhados. Em caso de alterações, os pais ou responsáveis são acionados. O folheto abaixo demonstra essa acessibilidade, extraído do site do Ministério da saúde:

#### **4.2 Lei que ampara a distribuição gratuita**

A distribuição dos métodos contraceptivos na rede pública se deu de acordo com a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996 que trata do planejamento familiar, que é direito de todo cidadão conforme disposto em seu artigo Art. 1º. Ela consiste em um conjunto de ações criadas com o intuito de orientar mulheres e homens quanto a métodos contraceptivos, prevenção de gravidez não desejada e direito de escolha de ter filhos ou não. Ela prevê em seu Art. 9º:

“Art. 9º Para o exercício do direito ao planejamento familiar, serão oferecidos todos os métodos e técnicas de concepção e contracepção cientificamente aceitos e que não coloquem em risco a vida e a saúde das pessoas, garantida a liberdade de opção.”

Diante disso o SUS disponibiliza alguns contraceptivos para a população, por meio do acesso igualitário, do planejamento familiar e do respeito aos direitos reprodutivos e sexuais, visando o controle e redução das gestações não planejadas, DSTs, dos abortos inseguros, da morbimortalidade materna e infantil, dentre outros agravos decorrentes da indisponibilidade desses métodos.

#### **5. CONCLUSÃO**

Concluimos que, os métodos contraceptivos oferecidos pelo SUS desempenham um papel essencial na saúde pública, permitindo que as pessoas possam planejar a reprodução de maneira segura e responsável.

Percebeu-se que parte das mulheres entrevistadas para este estudo não tem facilidade de acesso gratuito aos métodos contraceptivos, mas acreditam na eficácia deles.”Enfatizamos a necessidade de mais pesquisas nessa área de campo de estudo, podendo contribuir de forma significativa para melhor uso e adesão aos métodos contraceptivos, evitando assim uma gravidez não planejada e a propagação de Doenças Sexualmente Transmissíveis.



## 6. REFERÊNCIAS

Brasil, M. E., Cardoso, F. B., & Silva, L. M. (2019). Conhecimento de escolares sobre infecções sexualmente transmissíveis e métodos contraceptivos. *Revista de enfermagem UFPE*[on line], 13 (1). <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem>. Acessado em 09/11/23.

Ercole, F. F., Melo, L. S., & Alcoforado, C. L. G. C. (2014). Revisão integrativa versus revisão sistemática. *Revista Mineira de Enfermagem*, 18 (1), 9-11. 10.5935/1415-2762.20140001. Acessado em 09/11/23.

Farah, D., Girão, M. J., & Fonseca, M. C. (2021). Disposição de mulheres adolescentes e seus pais a pagar por contraceptivos de curta e longa duração no Brasil: estudo-piloto. *Revista Einstein (São Paulo)*, 19 (1), 1-7. 10.31744/einstein\_journal/2021AO6376. Acessado em 09/11/23.

Gomes, A. A. P., Silva, S. G. D., Oliveira, J. E. L. C., Cabral, C. D. D., & Queiroz, D. T. G. (2018). Promoção de ação educativa sobre anticoncepção e gravidez na adolescência: um relato de experiência. [Apresentação de trabalho]. *Anais III Conbracis*. Campina Grande. Acessado em 09/11/23.

Santos, C. K. B., & Silva, J. C. (2018). Fatores que influenciam a gravidez na adolescência. [Artigo de conclusão de curso, Centro Universitário São Lucas]. Acessado em 09/11/23.